

Editorial

Marcel Bursztyn, José Augusto Drummond, Gabriela Litre, Juliana Dalboni
Rocha, Maria Beatriz Maury de Carvalho

Um novo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que aponta os humanos como principais responsáveis pelas mudanças climáticas, a paisagem desoladora deixada pela passagem do tufão Haiyan nas Filipinas e uma nova rodada de negociações sobre o clima (a 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP 19), novamente frustrada por não ter conseguido firmar as bases de um acordo climático para 2015 – esquentaram o debate sobre a sustentabilidade, no segundo semestre de 2013.

O novo relatório do IPCC confirmou, desta vez com base científica mais sólida, que a temperatura do mundo está aumentando e que isso é provocado pelos humanos. Segundo o novo relatório, apresentado em setembro deste ano, as pesquisas mais recentes apontam que existe 95% de certeza sobre a responsabilidade humana no aquecimento global. Há seis anos, quando o relatório anterior foi divulgado, a certeza era de 90%. A diferença parece pouca, mas é significativa em termos científicos. O acréscimo sugere que aumentou a precisão dos modelos climáticos usados pelo IPCC, que se esforça em recuperar a credibilidade questionada nos últimos anos. O novo relatório é fruto de uma depuração dos trabalhos anteriores – com informações mais precisas, abrangentes e recentes –, mostrando-se mais cauteloso em apontar certezas. Por isso mesmo, as suas previsões provocam inquietação. Os cientistas do IPCC também reconhecem que o aquecimento global sofreu uma pausa na última década, mas alertam que esse efeito é apenas passageiro e que o mundo deve voltar a esquentar nos próximos anos.

Poucas semanas depois, o início da 19ª COP, realizada em Varsóvia em novembro, foi marcada pelo sofrimento da delegação (e do povo) das Filipinas, por causa da destruição provocada pelo tufão Haiyan. Mas, de pouco adiantaram as lágrimas da delegação daquele país, que lembrou a catástrofe com emotivos discursos e apresentou um pedido de medidas urgentes para reduzir a mudança climática. No entanto, nenhum país anunciou que ampliará os seus cortes de emissões. O que ocorreu foi justamente o contrário: Japão e Austrália anunciaram um retrocesso grave em seus objetivos e políticas anteriores, um balde de água fria para uma reunião da qual deveriam ter saído as bases para o futuro acordo de 2015.

O Brasil juntou-se a essas decepções, quando confirmou que o desmatamento da Amazônia subiu 28% em relação ao ano passado, percentual superior ao esperado pelo governo (o resultado refere-se ao calendário do governo brasileiro, que vai de agosto de 2012 a julho de 2013). Enquanto isso, a União Europeia segue dividida entre as energias renováveis e o peso das indústrias do carvão e a energia nuclear. No último dia de reunião da cúpula, representantes da sociedade civil, incluindo as maiores ONGs ambientalistas, retiraram-se do encontro para marcar o seu protesto contra o fracasso das negociações, mas prometeram voltar com mais força na próxima COP, em 2014, a ser realizada no Peru.

Nesse contexto de debates turbulentos, mas também inspiradores, sobre o futuro do Planeta, a

revista SeD lança o seu oitavo número, com um dossiê dedicado às “Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial na América Latina”. Os artigos do dossiê, coordenado pelos professores Eric Sabourin, pesquisador titular do CIRAD, Unidade Art-Dev e pesquisador visitante no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), e Doris Sayago, diretora do CDS/UnB, abrangem uma ampla diversidade geográfica: dois trabalhos tratam sobre o tema no Brasil (“Ideias e práticas na gestão social dos Territórios da Cidadania. O caso do Território da Borborema, Paraíba, e “Políticas de desenvolvimento territorial e intermunicipalidade no Brasil: complementaridades e tensões”), um sobre o Uruguai (“La gobernanza en el funcionamiento de los servicios del sistema de gestión ambiental de playas de Montevideo, Uruguay”) e outro tem abrangência continental (“Internationalization and Dissemination of Rural Territorial Development Public Policies: Model Hypotheses for Latin America”).

Complementam o dossiê um rico debate com Octavio Sotomayor, da Unidade de Desenvolvimento Rural da CEPAL, sobre as características dos programas de desenvolvimento territorial na América Latina, e uma entrevista com a professora Tânia Bacelar, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bacelar, consagrada representante do diálogo entre Ciência e Política, lembra a dimensão de desigualdade herdada pelo Brasil (Leste-Oeste e Norte-Sul) e a fragilidade dos territórios de exclusão, que exigem um olhar especial sobre a territorialidade das políticas públicas e que valoriza a diversidade regional brasileira como um ativo importante para o desenvolvimento do País.

A SeD 8 traz também um conjunto de sete artigos sobre temas variados. No seu trabalho intitulado “Desvendando as abordagens da Sociologia Ambiental: revisão de artigos selecionados”, Fábio Bacchiogga apresenta uma discussão sobre o “fazer” da Sociologia Ambiental brasileira, pensando-a como um campo de estudos estabelecido e que necessita refletir sobre sua construção teórica.

Em “Povos indígenas e a luta em defesa do rio São Francisco”, Flávio José Rocha da Silva e Rinaldo Sérgio Vieira Arruda refletem sobre como os povos indígenas habitantes do semiárido, especialmente da região do rio São Francisco, atuam em defesa da preservação desse rio, em um momento em que o agronegócio avança e grandes obras como barragens e a construção do canal para a transposição de suas águas estão em execução.

No artigo “Por uma ética ecológica”, Catarina Jahnel de Oliveira apresenta a ética ecológica como uma alternativa à formulação de estratégias que visem à sustentabilidade, pois esse discurso, ao abordar questões como antropocentrismo e competência moral, conduz a uma redefinição da relação entre os seres humanos e seu meio.

Nas últimas décadas, o Alto Douro Vinhateiro, situado no interior de Portugal, tem enfrentado graves dificuldades, comuns a muitas áreas rurais desse país e do mundo, que condicionam o seu desenvolvimento e sugerem que essa região não está sendo gerida de modo sustentável. Em face desse cenário, o autor do artigo intitulado “Avaliação da sustentabilidade: limites e possibilidades no Alto Douro Vinhateiro, Portugal”, José Francisco de Carvalho Ferreira, desenvolveu uma metodologia para avaliar a sustentabilidade regional.

Em “A Regulação do acesso a recursos genéticos no Brasil: sugestões para um novo cenário”, Nilo Luiz Saccaro Junior analisa os principais pontos de conflito na relação entre o uso dos recursos genéticos, a justiça social e a conservação da biodiversidade e discute de que maneira um novo cenário de controle e fomento pode contorná-los.

O desenvolvimento sustentável precisa ser encarado com base no entendimento das múltiplas relações causais entre meio ambiente e os atores do sistema. Em sistemas agroindustriais, isso urge devido à dependência entre processos de produção, qualidade dos ecossistemas, regimes climáticos e condições físico-químicas do solo. Partindo dessa abordagem, Jessé Moraes Pacheco e Debora NayarHoff, autores do estudo “Fechamento de ciclo de matéria e energia no setor



sucroalcooleiro”, procuram organizar os fluxos de matéria e energia já identificados para o setor sucroalcooleiro, apresentando um panorama geral de seu grau de fechamento de ciclo.

No artigo intitulado “O Código Florestal atual (Lei Federal nº 12.651/2012) e suas implicações na prevenção de desastres naturais”, Marcos Pellegrini Coutinho, João de Deus Medeiros, Érico Soriano, Luciana de Resende Londe, Paulo Jorge Vaitsman Leal e Silvia Midori Saito analisam o novo Código Florestal e apresentam os casos em que o poder público deve dar maior atenção à definição de áreas de preservação, de forma a reduzir os desastres naturais.

Finalmente, no ensaio “Ciência e políticas públicas para o desenvolvimento da Amazônia”, Ima Célia Guimarães Vieira, Roberto Araújo Santos Junior e Peter Mann de Toledo rendem tributo à geógrafa Bertha K. Becker, integrante do Conselho Editorial de SeD, que faleceu em julho de 2013, deixando um legado de quase meio século de estudos sobre a Amazônia. Os autores lembram que, para a professora Becker, era preciso pensar o desenvolvimento da floresta, não apenas a sua preservação, mas dar motivos para que os que tiram o seu sustento da mata empenhem-se pela sua preservação. “A floresta precisa ter valor em pé”, era o mantra da geógrafa, nascida no Rio de Janeiro, em 1930.

São também apresentadas cinco resenhas, sobre os seguintes livros: *Madeira de Ponta a Ponta. O caminho desde a floresta até o consumo*; *Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista - 1720-1970*; *Sertões adentro: Viagens nas Caatingas, Séculos XVI a XIX*; *Sustentabilidade, Qualidade de Vida e Identidade Local: Olhares sobre as APAs Cantareira (SP) e Fernão Dias (MG)*; e *Análise Comparada de Políticas Públicas: Uma Agenda em Transformação*.

Completa este número a seção Galeria, que traz um ensaio original de fotografias, mapas e gráficos analíticos sobre o tema “Os desafios da agricultura no semiárido brasileiro”. O trabalho, da autoria de Stéphanie Nasuti, Flávio Eiró e Diego Pereira Lindoso, descreve as percepções dos agricultores familiares do semiárido em face das mudanças climáticas. Com base na análise de cerca de 1,140 mil questionários aplicados pela equipe do projeto Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Regional da Rede CLIMA, os autores conseguem identificar as principais vulnerabilidades da agricultura familiar do semiárido nordestino e as práticas de adaptação desenvolvidas por esse segmento da população.

Desejamos uma boa leitura e um ótimo 2014, cheio de novos e frutíferos debates sobre a sustentabilidade do nosso Planeta!

Os Editores

Brasília, dezembro de 2013